



FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

CNPJ: 20.119.509/0001-65

Registro ANS nº 37821-6

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NOTAS EXPLICATIVAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

MODALIDADE DE AUTOGESTÃO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018


FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURANÇA SOCIAL - Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL

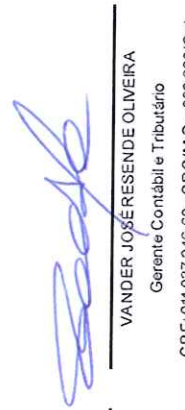
ATIVO		Nota explicativa	2.018	2.017	PASSIVO		Nota explicativa	2.018	2.017
ATIVO CIRCULANTE			45.013	37.215	PASSIVO CIRCULANTE			9.862	8.693
Disponível		2.2	2.232	130	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		4.5	8.999	7.781
Realizável			42.781	37.085	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS			856	842
Aplicações Financeiras		4.1	37.505	32.407	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros			3.625	2.701
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			33.998	31.995	Prestadores de Serviços Assistenciais			4.518	4.238
Aplicações Livres		2.2	3.507	412	Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados				
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde			5.270	4.664	Débitos de Operações de Assistência à Saúde			10	16
Contraprestações pecuniárias a receber		4.2	4.615	4.278	Contraprestações/Prêmios a Restituir			3	2
Outros Créditos de Oper. Com Planos Assist. à Saúde		4.3	655	386	Receita Antecipada de Contraprestações			-	-
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora			1	5	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde			7	14
Bens e Títulos a Receber			5	9	Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora			1	4
ATIVO NÃO CIRCULANTE			2.270	2.135	Tributos e Encargos Sociais a Recolher			175	153
Realizável a Longo Prazo			2.270	2.135	Débitos Diversos		4.6	677	739
Depósitos Judiciais e Fiscais		4.4	2.270	2.135	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			5.138	5.216
					Provisões			5.138	5.216
					Provisões para Ações Judiciais		4.7	5.138	5.216
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL			32.283	25.441
					Reservas			32.283	25.441
					Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		4.9	32.283	25.441
TOTAL DO ATIVO			47.283	39.350	TOTAL DO PASSIVO			47.283	39.350

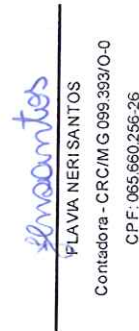
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF 066.381.258-50


EUGENIA BOLSIFRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF 645.372.346-87


CLÁUDIA FERREIRA VM. DA CUNHA BALULA
Diretora de Seguradora Social
CPF 834.929.687-91


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 04.037.246-60 - CRC/M G - 092.660/O-4


FLÁVIA NERI SANTOS
Contadora - CRC/M G 099.393/O-0
CPF: 065.660.256-26

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Em R\$ mil	
Descrição	Nota Explicativa	2018	2017
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		53.156	49.860
<u>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</u>		<u>53.156</u>	<u>49.860</u>
Contraprestações Líquidas	5.1	53.156	49.860
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	-
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos		(40.672)	(40.080)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	5.4	(40.392)	(39.764)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(280)	(316)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		12.484	9.780
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		532	1.232
Outras Receitas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora		5	3
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		5	3
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	5.5	(467)	(1.168)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(635)	(1.084)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência a Saúde		289	135
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(121)	(219)
Outras Despesas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora		-	(2)
RESULTADO BRUTO		12.554	9.845
Despesas Administrativas	5.6	(8.175)	(7.591)
Resultado Financeiro Líquido		2.463	3.263
Receitas Financeiras	5.3	2.505	3.351
Despesas Financeiras		(42)	(88)
RESULTADO LÍQUIDO		6.842	5.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EDEVALDO FERNANDES DA SILVA

Diretor-Presidente

CPF 066.381.258-50

EUGENIA BOSSI FRAGA

Diretora Administrativa e Financeira

CPF 645.372.346-87

CLÁUDIA FERREIRA V.M. DA CUNHA BALULA

Diretora de Seguridade Social

CPF 834.929.687-91

VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA

Gerente Contábil e Tributário

CPF: 044.037.246-60 - CRC/MG - 092.660/O-4

FLÁVIA NERIS SANTOS

Contadora - CRC/MG 099.393/O-0

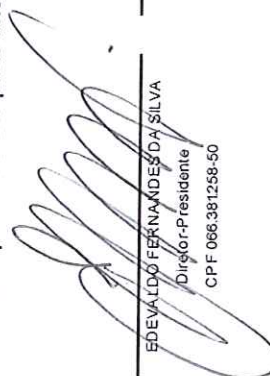
CPF: 065.660.256-26

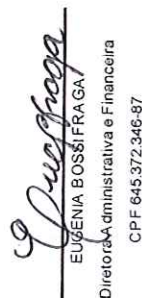
FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL - Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

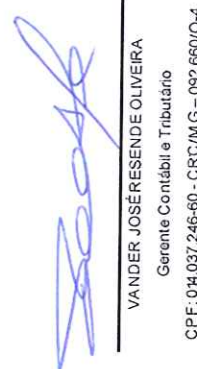
Descrição	Em R\$ mil		
	Nota Explicativa	Superávit (Déficit) Apurado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		13.694	13.694
Destinação do Superávit:			
Superávit Líquido do Exercício		6.230	6.230
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		19.924	19.924
Destinação do Superávit:			
Superávit Líquido do Exercício		5.517	5.517
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		25.441	25.441
Destinação do Superávit:			
Superávit Líquido do Exercício		6.842	6.842
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	4.9	32.283	32.283

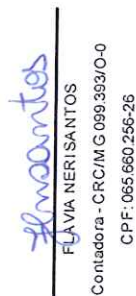
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF 066.381258-50


EUGENIA BOSSIFRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF 645.372.346-87


CLÁUDIA FERREIRA V.M. DA CUNHA BALLULA
Diretora de Seguridade Social
CPF 834.929.687-91


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 014.037.246-60 - CRC/MG - 092.660/O-4







FLÁVIA NERIS SANTOS
Contadora - CRC/MG 099.393/O-0
CPF: 065.660.256-26

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO DIRETO

Descrição	Nota Explicativa	Exercício 2018	Em R\$ mil Exercício 2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos Saúde		55.552	52.249
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		52.186	68.438
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		1.885	2.077
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.1	731	3.942
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(41.710)	(40.599)
(-) Pagamento de Comissões		0	0
(-) Pagamento de Pessoal		(5.352)	(5.421)
(-) Pagamento de Pró-Labore		0	0
(-) Pagamento de Serviços Terceiros		(1.930)	(1.522)
(-) Pagamento de Tributos		(2.447)	(2.469)
(-) Pagamento Ações Judiciais (Civis/Trabalhistas/Tributárias)		(112)	(221)
(-) Pagamento de Aluguel		(159)	(147)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade		(79)	(45)
(-) Aplicações Financeiras		(56.985)	(76.104)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	2.2	(81)	(221)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		1.499	(43)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento			
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento			
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		0	0
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES			
Disponível - Saldo Inicial		130	173
Disponível - Saldo Final		2.232	130
	2.2.1	2.102	(43)
Ativos Livres no Início do Período			
		542	14.123
Ativos Livres no Final do Período			
	2.2.1	5.739	542
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES		5.197	(13.581)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

 EDEVALDO FERNANDES DA SILVA Diretor-Presidente CPF 066.381.258-50	 EUGENIA BOSSI FRAGA Diretora Administrativa e Financeira CPF 645.372.346-37	 CLÁUDIA FERREIRA V.M. DA CUNHA BALULA Diretora de Seguridade Social CPF 834.929.687-91
 VANDER JOSÉ RESENDE OLMEIRA Gerente Contábil e Tributário CPF: 014.037.246-60 - CRC/MG - 092.660/O-4	 FLÁVIA NERIS SANTOS Contadora - CRC/MG 099.393/O-0 CPF: 065.660.256-26	

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão

CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), privada, sem fins lucrativos, originada da fusão entre a PREVICAIXA – Fundação de Seguridade Social da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e a FUNDASEMG – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - constituída no ano de 1977.

A Fundação é constituída por prazo indeterminado, para administrar Planos de Benefícios Previdenciários e Planos de Assistência à Saúde na modalidade de Autogestão.

Todos os resultados auferidos são vinculadas aos Planos de Benefícios que administra. Portanto, não gera e nem distribui lucro ou participações em investimentos. Cada Plano é gerido de forma segregada frente aos demais, possuindo responsabilidades e compromissos apenas com a massa de participantes a ele vinculados e, de acordo com seus regulamentos, com seus dependentes e beneficiários.

A Fundação Libertas observa a legislação aplicada às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, principalmente as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

A partir da Lei Complementar 109/2001, as EFPC que, na data da publicação da referida Lei Complementar, prestavam a seus participantes e assistidos serviços de assistência à saúde puderam continuar a fazê-lo, desde que fosse estabelecido um custeio específico para estes planos e que a sua contabilização e o seu patrimônio fossem mantidos em separado em relação aos planos previdenciários.

Neste sentido, a Fundação Libertas administra Planos de Assistência à Saúde na modalidade de AUTOGESTÃO (com e sem Mantenedora), com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através do número 37.821-6, sendo custeada pelas patrocinadoras, participantes e assistidos, conforme o caso, em cada um dos Planos de Assistência à Saúde em operação, vinculados à Fundação Libertas:

- Plano Assistencial Fundação Libertas;
- Plano Assistencial Prodemge;
- Plano Assistencial Minas Caixa;

A contabilidade é realizada por equipe própria em sua sede, situada no município de Belo Horizonte/MG, sendo registrada em livros obrigatórios, base para elaboração destas Demonstrações Contábeis, com observância das disposições legais vigentes.

Tem como Missão: *"Contribuir para proteção e segurança dos nossos participantes e familiares, construindo com eles, patrocinadores e instituidores uma sociedade melhor".*

1.1 Quantidade de Participantes

Em 31 de dezembro de 2018 a Fundação possuía um total de 8.364 participantes, sendo a distribuição em cada um dos Planos de Assistência à Saúde apresentado conforme tabela a seguir:

PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE								
Planos	2018				2017			
	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL
FUNDAÇÃO LIBERTAS	143	147	46	336	140	153	44	337
PRODEMGE	1.134	999	430	2.563	1.143	1.033	425	2.601
MINASCAIXA	2.289	1.745	1.431	5.465	2.394	1.898	1.579	5.871
TOTAL	3.566	2.891	1.907	8.364	3.677	3.084	2.048	8.809

As variações apresentadas entre os exercícios ocorrem devido à movimentação de participantes nos termos dos regulamentos de cada plano. Observam, principalmente: novas adesões; encerramento de vínculo junto ao plano; atualização cadastral; e inscrições/desligamentos de dependentes.

1.2 Outras informações

1.2.1 Planos de Assistência à Saúde Extintos

A Fundação Libertas possui registros patrimoniais referentes aos Planos denominados IMA, MGS e COMIG, que já foram extintos junto à ANS. Os referidos valores são compostos, em sua maioria, por Aplicações Financeiras e Provisões de débitos, cuja exigibilidade está sendo apurada.

1.2.2 Planos Previdenciais

Além dos Planos de Assistência à Saúde, a Fundação Libertas administra planos de benefícios previdenciais patrocinados pelas seguintes empresas:

- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG);
- Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE);
- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG);
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG);
- Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE);
- Fundação Libertas de Seguridade Social.
- Minas Gerais Administração e Serviços S/A (MGS).

Em novembro de 2018 foi aprovado o Plano de benefícios Previdenciais Multi-instituído da Fundação Libertas. As associações de classe e sindicatos que aderiram ao novo plano foram:

- AECO – Associação dos Empregados da Copasa, de suas Subsidiárias e Patrocinadas;
- APÓS-PRODEMGE – Associação dos Aposentados da Prodemge;
- ASSIMA – Associação dos Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária;
- ATC – Associação dos Trabalhadores da Codemig;
- SINDÁGUA-MG – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição da Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais;
- SINFAZFISCO – Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis da Fundação Libertas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), atendendo a planificação contábil desta última, para as demonstrações e registros dos Planos de Assistência à Saúde.

Desta forma, a Fundação Libertas possui dois grupos de Demonstrações Contábeis e Financeiras. Sendo que, nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e PREVIC, são apresentados apenas o total dos Ativos, Passivos e o somatório das movimentações patrimoniais totais ocorridas nos planos de assistência à saúde.

Já as movimentações realizadas em conformidade com as normas da ANS são apresentadas de forma segregada nestes Demonstrativos Financeiros dos Planos Assistenciais.

Os registros constantes nestes demonstrativos são apresentados de forma conjunta em relação aos Planos de Assistência à Saúde. A movimentação individual relacionada a cada Plano é acompanhada de forma gerencial.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em milhares de Reais, em consonância com o artigo 289, §6º da Lei nº 9.457/97. O exercício social tem seu início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.

2.1 REGISTRO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas de uma EFPC devem ser registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), ente contábil criado com esta finalidade. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa obedece às regras dispostas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pela Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC).

Por consequência, todas as despesas administrativas, bem como as contingências de cunho administrativas da Fundação Libertas, inclusive aqueles referentes aos Planos de Assistência à Saúde, são registradas no PGA, sendo que as despesas administrativas de planos de assistência à saúde são integralmente custeadas pelos mesmos.

Nestes Demonstrativos Financeiros dos Planos de Assistência à Saúde também constam o registro dessas despesas Administrativas, conforme Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 29 de 31 de agosto de 2009 (Item 5.6 desta nota).

2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

De acordo com a Resolução Normativa 418 de 26 de dezembro de 2016, a Demonstração de Fluxo de Caixa apresenta o saldo das contas "Caixa" e "Bancos Conta Depósito", acrescidos do montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais. Isso é, as aplicações sem cláusula restritiva de resgate, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$ mil

Ativos Livres	2018	2017
Numerários em trânsito	603	-
Saldos em conta corrente	1.629	130
Subtotal - Disponível	2.232	130
Aplicações Livres	3.507	412
Subtotal - Aplicações Livres	3.507	412
TOTAL de Ativos Livres	5.739	542

Neste demonstrativo, os registros da movimentação das aplicações financeiras foram contemplados no grupo de Atividades Operacionais, em conformidade com as informações constantes no Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS.

A apresentação, em dezembro de 2017, dos valores registrados nos grupos "Outros Recebimentos Operacionais" (R\$ 100.720 mil) e "Outros Pagamentos Operacionais" (R\$ 96.999 mil), continham a movimentação das aplicações financeiras e resgates registradas em conta de custódia, para posteriormente serem destinadas aos Ativos Financeiros da Fundação.

Esta movimentação de "aplicações" e "resgates" em conta de custódia foi anulada para apresentação referente ao exercício de 2018. Sendo observada a seguir:

Apresentação considerando a movimentação entre bancos:

Em R\$ mil

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Apresentação considerando a movimentação entre banco		
(+) Outros Recebimentos Operacionais	95.836	100.720
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(95.185)	(96.999)
Movimentação de "aplicações" e "resgates" em conta de custódia, exercícios de 2018 e 2017		
(+) Outros Recebimentos Operacionais	95.104	96.778
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(95.104)	(96.778)
Apresentação final - Demonstração dos Fluxos de Caixa		
(+) Outros Recebimentos Operacionais	731	3.942
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(81)	(221)

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Operadora estão descritas a seguir:

3.1 Estimativas financeiras

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente:

- Ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados como Aplicações Financeiras: apurados conforme manual de precificação do agente custodiante (Item 4.1);
- Provisões para contingências: cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados responsáveis pelas ações, observadas as diretrizes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180 de 24 de julho de 2009 (Item 4.7 e 4.8);
- Provisões técnicas de operações de assistência à saúde: calculadas com base nas regras estabelecidas pela ANS, excetuando-se a "provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros", que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora. (Item 4.5)

A liquidação ou realização das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente, quando aplicáveis.

3.2 Instrumentos Financeiros de Ativos

Os instrumentos financeiros da Fundação estão restritos às aplicações financeiras e recebíveis, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Fundação foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- a) Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos de operações com planos de assistência à saúde, os créditos não relacionados com plano de saúde da operadora e provisão para perdas. São reconhecidos pelo valor nominal de realização (Item 4.2 e 4.3)
- b) Aplicações financeiras: estão demonstradas pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2018, e estão ajustados à valor de mercado (Item 4.1).

O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras representa o montante de caixa que a Fundação receberia, se fossem liquidadas as transações na data do balanço.

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços pela melhor estimativa dos respectivos valores, líquidos das Provisões para Perda sobre Créditos.

3.3 Registro dos ativos

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos são registrados pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem como caixa e disponibilidades, os saldos positivos em conta de movimento e aplicações financeiras livres (item 2.2), com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado na data de fechamento do balanço. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.3.2 Contraprestações pecuniárias a receber

São demonstradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias para planos coletivos (Item 4.2).

3.4 Registro dos passivos

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de efetivo desembolso.

Os passivos são classificados como circulantes quando sua liquidação ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes e atualizados, quando aplicável, pelos encargos previstos.

3.4.1 Provisões para ações judiciais

As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda PROVÁVEL cujo desembolso possa ser mensurável, com base na opinião dos assessores jurídicos da Fundação, ou quando da ocorrência de bloqueio ou depósito judicial (Item 4.7).

A Fundação Libertas também é parte de ações judiciais cuja avaliação dos seus assessores jurídicos é considerada como perda POSSÍVEL ou REMOTA. Para estes casos não existe provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09.

3.5 Apuração do resultado

- **Receitas:** o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas são originadas, principalmente, das contraprestações mensais (Item 5.1), além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio (Item 5.3).
 - **Renegociação de débitos:** Eventuais renegociações de débitos, em curso, realizadas por beneficiários são reconhecidas no momento da liquidação da parcela
- **Despesas:** O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário, contudo, os registros contábeis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede contratada (Item 5.4).

Para os casos em que os atendimentos ocorrerem sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA), nos moldes da legislação em vigor.

4 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS PATIMONIAIS

4.1 Disponíveis e Aplicações Financeiras

Os valores registrados na conta de "Disponíveis" (Dez/2018: R\$ 2.232 mil e Dez/2017: R\$ 130 mil) referem-se à saldos de "numerários em trânsito" e "saldos em conta corrente". O montante registrado em dez/2018 ocorreu em função do recebimento feitos por meio de boletos bancários, creditados pela instituição financeira no último dia do exercício, que foram objetos de aplicações financeiras em 02/01/2019.

Já a composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada na tabela a seguir, demonstrando a segregação entre "Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas" e "Aplicações Livres". Devendo, a totalidade do valor constituído das Provisões Técnicas (Item 4.5), ser lastreadas por estes Ativos Garantidores na proporção de, no mínimo, um para um.

Em R\$ mil

	2018	2017
Aplicações Vinculada às Provisões Técnicas	7.190	6.784
Aplicações Não Vinculadas	26.808	25.211
SUB – TOTAL I	33.998	31.995
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Aplicações Não Vinculadas / Aplicações Livres	3.507	412
SUB – TOTAL II	3.507	412
Aplicações Livres		
TOTAL	37.505	32.407

As Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas estão aplicadas em um Fundo de Investimento, sob gestão do BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

As demais aplicações financeiras garantidoras das Provisões Técnicas são realizadas por meio de Fundo de Investimentos sob gestão do Santander Brasil Asset Management DTVM S/A, que estão livres de vinculação junto à ANS.

Em dezembro de 2018 as aplicações financeiras consideradas como Aplicações Livres passaram a ser realizadas por meio de Fundo de Investimento sob gestão AF Invest Administração de Recursos LTDA.

As aplicações financeiras distribuídas para cada plano, em operação, são assim demonstradas:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 4.779 mil (R\$ 4.027 mil em dez/2017)
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 2.919 mil (R\$ 3.373 mil em dez/2017)
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 29.339 mil (R\$ 24.530 mil em dez/2017)

4.2 Contraprestações pecuniárias a receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber das patrocinadoras e participantes dos planos de assistência à saúde administrados pela Entidade, conforme segue:

	Em R\$ mil	
	2018	2017
Contraprestações	5.333	4.890
Provisão para Perdas	(718)	(612)
TOTAL	4.615	4.278

Do total de Contraprestações Pecuniárias a Receber, R\$ 4.361 mil (R\$ 3.585 mil em 2017) representam débitos a vencer; R\$ 511 mil (R\$ 869 mil em 2017), são débitos vencidos em até 90 dias e R\$ 461 mil (R\$ 436 mil em 2017), são débitos vencidos acima de 90 dias.

Foram constituídas Provisões para Perdas Sobre Créditos vencidos em conformidade com os normativos vigentes, independentes das práticas e processos de cobrança (administrativas e judiciais) adotadas pela Fundação.

Entre os meses de abril/2018 e outubro/2018 a patrocinadora Prodemge realizou repasses à Fundação Libertas com atrasos médios de 68 dias. Todos os valores foram liquidados ainda no exercício de 2018 com a devida correção. Em dezembro/2018 não constavam registros de atrasos por parte da patrocinadora.

4.3 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Refere-se à coparticipação paga pelos beneficiários em função da utilização de procedimentos médicos, de acordo com as regras dos planos de assistência à saúde administrados pela Fundação Libertas. Estes valores são registrados no ativo a receber, reduzindo o total das despesas do Plano, e são compostos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, por:

	Em R\$ mil	
	2018	2017
Participação de beneficiários	769	499
Provisão para Perdas	(114)	(114)
TOTAL	655	386

4.4 Depósitos judiciais e fiscais

O grupo contábil demonstra os depósitos judiciais realizados no âmbito dos Planos Assistenciais, no total de R\$ 2.270 mil (R\$ 2.135 mil em 2017). Os registros dos passivos contingenciais referentes a esses depósitos constam no item 4.7 desta nota.

4.5 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Fundação Libertas possui em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as seguintes provisões técnicas constituídas:

	Em R\$ mil	
	2018	2017
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	856	842
Provisão de Eventos a Liquidar para outros	3.625	2.701
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	4.518	4.238
TOTAL	8.999	7.781

A Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS reflete os valores disponibilizados pela ANS, sem deduzir os valores que podem ser objeto de contestação, por prescrição.

A Provisão de Eventos a Liquidar para outros é constituída para garantia de eventos já ocorridos e ainda não pagos. Essa provisão é realizada pelo valor apresentado pelo prestador ou beneficiário no momento da cobrança à operadora. Sua composição é constituída por débitos referentes ao mês de dezembro/18, que serão quitados nos meses seguintes, mediante apresentação das respectivas faturas, no valor de R\$ 3.613 mil (R\$ 2.695 mil em dez/2017), e débitos de competência novembro/18, que depende do faturamento para o efetivo pagamento, no montante de R\$ 12 mil (R\$ 3 mil em dez/2017)

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) tem por objetivo o reconhecimento de valores para fazer frente ao pagamento de despesas que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos prestadores de serviços. É constituída com base em metodologia definida pela ANS.

4.6 Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil "Débitos Diversos" em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Em R\$ mil	
	2018	2017
Reembolso de despesas administrativas ao PGA	663	693
Outros	14	46
TOTAL	677	739

Mensalmente a entidade apura, por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA) – conforme item 2.1 dessa nota explicativa - a quota parte das despesas administrativas que são alocadas à gestão assistencial. Tais valores são reembolsados ao PGA pelos planos de assistência à saúde. O saldo de R\$ 663 mil (R\$ 693 mil em dez/2017) reflete os compromissos que serão liquidados em janeiro de 2019.

4.7 Provisões para ações judiciais

Referem-se a 46 ações judiciais cíveis provisionadas com base na avaliação de expectativa de sucesso, classificadas como perdas prováveis pela Gerência Jurídica da Entidade, ou que existam depósitos judiciais. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.138 mil (R\$ 5.216 mil em 2017).

Sua composição é detalhada a seguir:

- R\$ 2.651 mil, (R\$ 2.540 mil em 2017) referente à Execução Fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais (PROCON), em relação a reajuste do Plano. Para fazer face a essa demanda, consta depósito judicial no valor de R\$ 2.266 mil, conforme item 4.4.
- R\$ 4 mil referente à discussão da incidência da Taxa Saúde Suplementar sob as atividades da EFPC. Para fazer face a essa demanda, consta depósito judicial no valor de R\$ 3,5 mil, conforme item 4.4.
- R\$ 2.483 mil (R\$ 2.676 mil em 2017) referente à questionamento de participantes em relação às atividades dos Planos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Em R\$ mil	
	2018	2017
Danos Morais	632	619
Procedimentos médicos	1.602	1.784
Reajuste de Plano	241	232
Reintegração junto ao Plano	8	41
TOTAL	2.483	2.676

Existem, ainda, ações de natureza assistencial, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como possível, no montante total de R\$ 8 mil, que não está passível de contabilização, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.180 de 24 de julho de 2009.

4.8 Outras discussões judiciais

A Fundação Libertas é parte de discussões no âmbito administrativo e judicial, que envolve seu Plano de Gestão Administrativa (PGA) e que por sua vez podem afetar o resultado dos Planos de Assistência à Saúde, em razão da modificação de expectativa de sucesso, ou com base em reavaliações futuras pelos advogados condutores das ações. São descritas nos tópicos a seguir.

Da mesma forma, eventuais depósitos judiciais realizados pela Fundação em decorrência destes processos, são registrados no mesmo Plano de Gestão Administrativa (PGA). No caso de êxito por parte da Fundação, os valores levantados poderão afetar os resultados dos Planos de Assistência à Saúde de forma positiva.

Já as demais provisões e passivos contingenciais registrados nos planos previdenciais, não afetam os resultados dos Planos de Assistência à Saúde.

Para estes itens, não se aplica os Pronunciamentos Contábeis nº 36 (Demonstrações Consolidadas) e nº 44 (Demonstrações Combinadas), pois trata-se de uma única Entidade e um único CNPJ.

4.8.1 PIS e COFINS

- PIS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de PIS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 1.530 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do PIS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

Em abril de 2013 foi recebida intimação para efetuar o pagamento dos débitos discriminados, por ocasião do encerramento da discussão no âmbito administrativo. Subsequentemente, a Fundação ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, ocasião em que o montante de R\$ 2.534 mil foi depositado voluntariamente em juízo no mês de setembro/2013, para garantia do feito fiscal, embora a perspectiva de perda para essa ação fosse classificada como "possível". Caso a Fundação não tivesse realizado o depósito judicial, o montante do suposto débito seria

de R\$ 3.216 mil (R\$ 3.137 mil em dez/2017). O valor atualizado do depósito judicial, em dezembro de 2018 perfaz o montante de R\$ 3.935 mil. (Em dez/2017: R\$ 3.776 mil)

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1.

- PIS - Período entre os exercícios de 2006 e 2014

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o PIS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor dos depósitos realizados, atualizados para o fechamento de dezembro de 2018, era de R\$ 2.623 mil. (R\$ 2.530 mil em dez/2017). O valor histórico desta discussão monta R\$ 1.426 mil)

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1.

- COFINS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de COFINS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.429 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do COFINS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

O processo está tramitando na esfera administrativa, junto à Delegacia da Receita Federal. A perspectiva de perda para essa discussão é "possível", na esfera administrativa, razão pela qual não há provisão contábil reconhecida. O valor em discussão em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 15.665 mil (R\$ 15.280 em dez/2017). O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 3.823 mil. (R\$ 3.729 mil em dezembro de 2017).

- COFINS - Período entre os exercícios de 2006 e 2014

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o COFINS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor dos depósitos realizados, atualizados para o fechamento de dezembro de 2018, era de R\$ 15.241 mil. (R\$ 14.705 mil em dez/2017). Valor histórico dos depósitos de R\$ 8.710 mil).

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1.

- PIS/COFINS – Período após janeiro de 2015

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do PIS/COFINS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores passaram a ser recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

4.8.2 Autuações ISSQN – PBH (Período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003)

No dia 15 de julho de 2005, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto ao ISSQN próprio do período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.374 mil.

Em novembro de 2012 o processo foi baixado e encaminhando para cobrança, não mais cabendo recurso na esfera administrativa. Por entender que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas, a ocorrência de fato gerador do ISS e diante do ajuizamento da execução fiscal a Fundação Libertas apresentou embargos à execução fiscal.

A Fundação Libertas irá contrapor os entendimentos da Prefeitura Municipal, tendo como fundamentação, o êxito obtido junto ao Conselho de Recursos Tributários do Município de Belo Horizonte, em relação as discussões quanto ao suposto crédito tributário devido a título de ISSQN, junto Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, referente ao período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011.

Os advogados que acompanham a ação classificaram a perspectiva de perda como "possível", motivo pelo qual a Entidade não efetuou o provisionamento contábil do valor em discussão.

Os valores em discussão, atualizados para dezembro de 2018, perfazem o montante de R\$ 30.253 mil (R\$ 28.246 mil em dez/2017). O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 21.641 mil - AITI nº 12404 (R\$ 20.206 mil em dez/2017)

4.9 Patrimônio Social

As reservas do patrimônio social compreendem as sobras de recursos acumuladas dos planos de assistência à saúde operados pela Fundação Libertas. Tais recursos são mantidos para utilizações futuras caso as despesas assistenciais superem as receitas assistenciais. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo das reservas é de R\$ 32.283 mil (Em 2017 era R\$ 25.441 mil).

O Patrimônio Social apurado para cada Plano Administrado, em operação, é de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 4.610 mil (R\$ 3.884 mil em dezembro de 2017);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 1.744 mil (R\$ 2.046 mil em dezembro de 2017);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 26.339 mil (R\$ 19.911 mil em dezembro de 2017).

4.9.1 Margem de Solvência

O limite de Margem de Solvência apurada para a Fundação Libertas no mês de dezembro de 2018 era de R\$ 12.968 mil. (R\$ 11.893 mil em dez/2017) este valor deverá ser observado em relação ao Patrimônio Social, nos termos da RN nº 209/09.

A abertura para cada Plano, em operação, pode ser observada abaixo:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 393 mil (R\$ 360 mil em dez/17);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 2.344 mil (R\$ 2.150 mil em dez/17);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 10.230 (R\$ 9.383 mil em dez/17).

5 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

5.1 Contraprestações líquidas

Referem-se a provisões de recebimentos, para cobertura dos procedimentos de assistência médico hospitalar dos patrocinadores e participantes dos planos. Os valores em 31 de dezembro de 2018 montam R\$ 53.156 mil (Em 2017 era de R\$ 49.860 mil). A distribuição para cada Plano, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 1.539 mil (R\$ 1.449 mil em dezembro de 2017);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 11.661 mil (R\$ 9.295 mil em dezembro de 2017);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 39.956 mil (R\$ 39.116 mil em dezembro de 2017)

5.2 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo consta registro das receitas decorrentes de Renegociação de Débitos de Participantes, Recuperações de Despesas Administrativas e Contingenciais, Receita Decorrente de Atualização de Depósitos Judiciais, bem como Outras Receitas Decorrentes de Recebimentos Diversos.

Em 2018 foi registrado o montante de R\$ 385 mil referente a receitas oriundas de contrato de reciprocidade junto a instituições financeiras, por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

5.3 Receitas financeiras

No grupo denominado Receitas Financeiras são registradas: a rentabilidade das Aplicações Financeiras realizados pela Fundação Libertas; as receitas Financeiras com Operações de Assistência à Saúde, representadas por juros, multas e encargos registradas no ato do recebimento de contribuições assistenciais em atraso; outras receitas decorrentes de atualização de ativos e/ou reversões de atualização de exigíveis.

As receitas financeiras são assim apresentadas:

	Em R\$ mil	
	2018	2017
Receitas de Aplicações Financeiras	2.184	2.657
Receitas com atualização de realizável - Contribuições	317	166
Receitas com atualização de realizável – Outros recebimentos	-	326
Reversão de despesas do Ressarcimento ao SUS	4	202
TOTAL	2.505	3.351

A distribuição das Receitas de Aplicações Financeiras, para cada Plano Administrado, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 282 mil (R\$ 360 mil em 2017);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 333 mil (R\$ 412 mil em 2017);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 1.857 mil (R\$ 2.466 mil em 2017).

5.4 Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados

São registrados os eventos conhecidos/indenizações avisadas de internações de assistência médico-hospitalar de planos com preço pós-estabelecido com base em registros auxiliares referentes a consultas, terapias, exames,

internações e outras. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os resultados dos Eventos Conhecidos ou Avisados foram os seguintes:

Em R\$ mil

	2018	2017
Consultas	4.224	5.258
Despesas com Consultas	5.688	6.914
Glosas com Consultas	(274)	(361)
Co-participação em Consultas	1.189	(1.295)
Terapias e Exames	11.084	10.870
Despesas com Terapias e Exames	13.794	12.471
Glosas com Terapias e Exames	(290)	(299)
Co-Participação em Terapias e Exames	2.419	(1.302)
Internações	21.910	21.161
Despesas com Internações	22.618	21.849
Glosas com Internações	(566)	(532)
Co-Participação em Internações	(140)	(156)
Outros	2.814	2.120
Despesas com Outros Atendimentos	2.847	2.125
Glosas com Outros Atendimentos	(25)	(5)
Outras recuperações	(7)	-
Despesas / Reversão de despesas do SUS	358	355
TOTAL	40.392	39.764

A distribuição das despesas totais, para cada Plano Administrado, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 798 mil (R\$ 842 mil no exercício de 2017);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 9.932 mil (R\$ 8.982 mil no exercício de 2017);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 29.662 mil (R\$ 29.382 mil no exercício de 2017).

5.4.1 Coparticipação

Os recursos a serem recebidos à título de coparticipação durante o exercício de 2018, totalizaram R\$ 3.749 mil (R\$ 2.752 mil no exercício de 2017).

Sendo: R\$ 117 mil (R\$ 73 mil em 2017) referente ao Plano Assistencial Fundação Libertas; R\$ 1.081 mil (R\$ 590 mil em 2017) referente ao Plano Assistencial Prodemge e R\$ 2.551 mil (R\$ 2.089 mil em 2017) referente ao Plano Assistencial Minas Caixa.

5.5 Outras despesas relacionadas com planos de saúde

Registra o montante relacionado às outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde, tais como: INSS patronal sobre serviços assistenciais: R\$ 444 mil (R\$ 473 mil em 2017); provisões/reversão de reclamações judiciais -R\$ 99 mil (R\$ 477 mil em 2017). Consta também, registro de Provisão para Perda de Contribuições em

Atraso no valor de R\$ 122 mil (R\$ 219 mil em 2017). Em 31 de dezembro de 2018 estes registros totalizaram R\$ 467 mil (R\$ 1.168 mil no exercício de 2017).

5.6 Despesas administrativas

Conforme descrito no item 2.1, as despesas com administração da Entidade são contabilizadas do Plano de Gestão Administrativa, elas são rateadas entre a atividade de previdência complementar e a atividade de assistência à saúde. As despesas administrativas inerentes à atividade de assistência à saúde registradas no PGA são reembolsadas na sua totalidade.

As despesas com administração dos planos de assistência à saúde administrados pela Fundação Libertas demonstradas na estrutura contábil exigida pela ANS, podem ser observadas a seguir:

	Em R\$ mil	
	2018	2017
Pessoal Próprio	5.421	5.573
Serviços de terceiros	1.048	648
Localização e funcionamento	1.035	849
Tributos	417	357
Despesas Diversas	254	164
TOTAL	8.175	7.591

6 EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES

Em atendimento com a Resolução Normativa 390/2015, apresentamos o quadro com identificação das despesas nos exercícios de 2018 e 2017:

	Em R\$ mil	
DESCRIÇÃO	COLETIVO POR ADESAO	
	2018	2017
Contraprestações	53.156	49.860
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(395)	(339)
RECEITA LÍQUIDA	52.761	49.521
Eventos indenizáveis	(40.033)	(39.409)
Consultas médicas	(4.225)	(4.009)
Outros atendimentos ambulatoriais	(1.526)	(1.249)
Exames	(7.755)	(7.752)
Terapias	(3.329)	(3.118)
Internações	(21.910)	(21.161)
Demais despesas médico- hospitalares	(1.288)	(2.120)
Procedimentos odontológicos	0	0
Outras formas de Pagamento	0	0
LUCRO BRUTO	12.728	10.112
Despesas de comercialização	0	0
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	12.728	10.112

7 GERENCIAMENTO DE RISCO


A Fundação Libertas está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Entidade, destaca-se o Risco de Crédito.

O Risco de Crédito é associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

A Entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é minimizado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos de renda fixa com vencimento no curto prazo.

8 INFORMAÇÕES FINAIS


Estas notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL – Relativas aos Planos de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão, de 31 de dezembro de 2018.



EDEVALDO FERNANDES DA SILVA

Diretor Presidente

CPF 056.381.258-50



EUGENIA BOSSI FRAGA

Diretora Administrativa e Financeira

CPF 645.372.346-87



CLÁUDIA FERREIRA V.M. DA CUNHA BALULA

Diretora de Seguridade Social

CPF 834.929.687-91



VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA

Gerente Contábil e Tributário

CPF: 014.037.246-60 - CRC/MG - 092.660/O-4



FLÁVIA NERIS SANTOS

Contadora - CRC/MG 099.393/O-0

CPF: 065.680.256-26